

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00100.001090/2022-41

## 2. Objeto

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração, na quantidade de 19 (dezenove) vagas / oportunidades, entre estudantes de nível médio e de nível superior, que deverá atuar em conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, em Brasília/DF e instituições de ensino, visando atender estudantes de curso de educação superior e médio para preenchimento de oportunidades de estágio que encontram previsão na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e na Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

## 3. Normativos

O planejamento das contratações pela administração pública federal, assim como a necessidade de estudo técnico preliminar e a confecção do termo de referência têm seu embasamento jurídico nos normativos:

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Regulamenta licitação, na modalidade pregão de forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Decreto 3.555/2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001 – Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, alterado pelo Decreto nº 4.485 de 25 de novembro de 2002 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Decreto 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017.

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – e suas alterações.

Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 (SLTI-MPOG) – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa nº01, de 19/01/2010 (SLTI-MPOG) – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Instrução Normativa n.º 03, de 20 de abril de 2017 – Altera a Instrução Normativa n.º 5, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Instrução Normativa nº IN nº 213 de 17 de dezembro de 2019 – Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – com suas alterações posteriores.

Lei 9.632 de 07 de maio de 1998 – Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Medida Provisória n.º 2200-2 de 24 de agosto de 2001, Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

Planejamento Estratégico – PE-ITI (2019-2022), versão revisada em 04/10/2019. Presidência da República, Casa Civil, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. 4ª edição agosto de 2021.

Demais normas aplicadas subsidiariamente às elencadas acima.

## 4. Descrição da necessidade

A Portaria nº 127, de 29.05.2008, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão veda a realização de convênios com entidades que atuam como agentes de integração de estágio em razão de o objeto almejado não convergir com os requisitos para inclusão no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

A Lei nº 11.788/2008, em seu art. 5º, que dispõe sobre estágio de estudantes, estabelece que as instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, ou seja, por meio de contrato, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

A realização de certame licitatório para contratação de agente de integração de estágio alinha-se com os acórdãos nºs 4.127/2008 e 6.815/2009, ambos exarados pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, consubstanciando com entendimento firmado pela Nota Técnica nº 44/2011-COAVA/CISET/PR encaminhada a esta Autarquia em razão do convênio nº 01/2008 firmado com o Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação/ITI não dispõe de quadro próprio aprovado e a força de trabalho é composta por apenas 43 servidores. Além disso, este Instituto visa dar oportunidades a estudantes de nível médio e superior, essas vão desde a área de redes de computação, área jurídica e administrativa até as áreas de recursos humanos e contabilidade.

A presente demanda trata-se de serviço continuado sem mão de obra exclusiva.

Cabe informar que a demanda alinha-se com o planejamento das contratações do ITI visto que houve previsão da contratação no Plano Anual de Contratações 2021 em conformidade com o Inciso IX do art. 7º da IN nº 40/2020.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI tem hoje um contrato com uma agência de integração de estagiários - AGIEL, que vence no dia 04/10/2022, gerando a necessidade de nova contratação.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEPE	Roberto Bueno de Assunção

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

### DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

#### Objetivo Geral

Desenvolvimento de Programa de Estágio no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação- ITI/PR destinado a propiciar complementação curricular a estudantes de nível médio e superior.

#### Objetivos Específicos

Promover a realização de estágio a estudantes de ensino superior e a concessão de bolsa de estágio;

Disponibilizar ambiente que favoreça ao educando a prática de atividades relacionadas a sua futura atividade profissional; e

Possibilitar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

#### QUANTITATIVO MÁXIMO DE VAGAS DE ESTÁGIO

O quantitativo de vagas para estágio é de 19 (dezenove) vagas / oportunidades, entre estudantes de nível médio e de nível superior.

#### META FÍSICA

Serão definidas 19 (dezenove) vagas de estágio entre estudantes de ensino superior e médio.

Aos estudantes portadores de deficiência, está assegurado o direito de participar do Programa de Estágio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, com a reserva de 10% das vagas, no total de 2 (**duas**), nos termos da Lei n.º 11.788/2008.

#### ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O Agente de Integração deverá ser veículo para intercâmbio entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR e as instituições de ensino objetivando a oferta de oportunidades de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, de forma a viabilizar a indicação de estudantes e o acompanhamento da execução do Programa de Estágio.

O contrato a ser firmado com o Agente de Integração visa atender a estudantes de estágio não-obrigatório, conforme definição constante no art. 2º, §2º, da Lei n.º 11.788/2008.

#### CONDIÇÕES DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

A execução do Programa de Estágio ficará a cargo da Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA- ITI/PR:

- a) a concessão de bolsa de estágio deverá obedecer aos critérios previamente estabelecidos na legislação pertinente, especialmente no que diz respeito ao campo de formação profissional do estagiário;
- b) a prorrogação de estágio, substituição e novas contratações de estudantes como estagiários deverão obedecer à previsão e disponibilidade de dotação orçamentária para essa finalidade;

c) o estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza com o agente de integração ou com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI;

d) os estagiários receberão auxílio-transporte, sendo vedada a concessão de auxílio-alimentação e assistência à saúde, bem como outros benefícios diretos e indiretos aos estagiários;

e) os estagiários deverão desenvolver suas atividades no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR, que ofereça ambiente adequado, bem como condições que favoreçam a aquisição de experiências práticas na linha de formação e complementação curricular do estudante;

f) a seleção dos estagiários, após recebimento de estudantes para entrevista e seleção, conforme perfil previamente definido na abertura de oportunidade de estágio junto ao Agente de Integração e sempre com a intervenção prévia e obrigatória da Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA/ITI-PR;

g) o Agente de Integração deverá providenciar, atendendo solicitação da Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA/ITI-PR a pré-seleção e recrutamento de estudantes a serem encaminhados para entrevista, conforme perfil definido para a oportunidade de estágio.

h) observado o interesse da Administração, a duração do estágio será de no máximo 4 (quatro) semestres letivos, obedecido o período mínimo de 1 (um) semestre, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, que poderá estagiar até o término do curso na instituição de ensino a que pertença;

i) o estagiário deverá cumprir a carga horária semanal de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, distribuída nos horários de funcionamento do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR e compatível com o horário escolar;

**O desligamento do estagiário ocorrerá em qualquer das situações abaixo:**

a) automaticamente ao término do período máximo de estágio;

b) a qualquer tempo no interesse e conveniência do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR;

c) depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho;

d) a pedido do estagiário;

e) em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;

f) pelo não comparecimento à unidade onde estiver realizando o estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período do estágio;

g) pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença;

h) por conduta incompatível com a exigida pela Administração Pública.

## 7. Levantamento de Mercado

A terceirização dos serviços de agente de integração de estágio para as repartições públicas é possível mediante o contido no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, o qual estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação.

Por sua vez, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu que outras atividades que não estejam contempladas no rol do seu art. 1º podem ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o que certamente o serviço de agente de integração o faz.

Nesse mesmo sentido, a IN nº 213/2019 autoriza a contratação dos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante processo licitatório.

O quantitativo de 19 (dezenove) bolsas de estágio conforme descrição abaixo:

- **ESCOLARIDADE**

- NÍVEL MÉDIO : 4 horas DIÁRIAS R\$ 486,05/6 horas DIÁRIAS R\$ 694,36
- NÍVEL SUPERIOR NA MODALIDADE GRADUAÇÃO : 4 horas DIÁRIAS R\$ 787,98/6 horas DIÁRIAS R\$ 1.125,69
- NÍVEL SUPERIOR NA MODALIDADE PÓS GRADUAÇÃO : 4 horas DIÁRIAS R\$1.165,65/6 horas DIÁRIAS R\$ 1.665,22
- VALOR DA DIÁRIA DO AUXÍLIO-TRANSPORTE : R\$ 10,00

## 8. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa para a prestação de serviços de agente de integração de estagiários, responsável pelo recrutamento, seleção, operacionalização e administração de todo o processo de estágios, inclusive a contratação dos seguros contra acidentes pessoais em favor de estagiários de nível superior e médio, no âmbito nacional.

Após pesquisa no Painel de Preços, foi constatado que a maioria das contratações realizadas por órgãos da Administração Pública segue a modalidade do pregão eletrônico, sendo o pagamento mensal de taxa administrativa por bolsa de estágio vigente o mais usual e o que apresenta o melhor custo-benefício, pois somente é efetuado o pagamento das taxas referentes às bolsas de estágio com TCE vigentes, independentemente do quantitativo de vagas disponíveis.

A taxa de administração corresponde ao custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais, as despesas com pagamento do seguro de acidentes pessoais dos estagiários, as despesas com recrutamento, seleção e acompanhamento dos estagiários, e toda e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Seguindo os ditames normativos constantes do art. 5º da IN 73/2020, que versa sobre a pesquisa de preços de serviços, foram adotados os parâmetros a seguir: Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/paineldepregos](http://gov.br/paineldepregos), desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

Conforme rege o art. 5º da Instrução Normativa nº 73/2020, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/paineldepregos](http://gov.br/paineldepregos), desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
- IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

As pesquisas de preços contendo os parâmetros acima elencados foram agrupadas no seguinte documento SEI 0561279. O relatório da pesquisa contendo o mapa de estimativa consta no documento SEI 0561358.

Em consulta ao site Painel de Preços, parâmetro constante no inciso I do art. 5º da IN 73/2020, foram identificados resultados divergentes dos demais parâmetros obtidos. O resultado constou na tabela de pesquisa de preços abaixo mas não fará parte da composição de preço final apurado.

Após obtenção de contratações similares de outros entes públicos (Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do próprio órgão ITI) identificou-se que os valores dos contratos estão aderentes ao escopo do objeto a ser contratado.

Foi realizada nova consulta para atendimento ao inciso III, do art. 5º da IN 73/2020 (mídias especializada: [www.fontedepreços.com.br](http://www.fontedepreços.com.br)) no qual houve 1 resultado similar com taxa de administração aderente ao escopo da pretensa contratação (MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - R\$ 12,79).

Por fim, utilizando-se do parâmetro IV art. 5º da referida IN, foi solicitada pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, conforme consta nos autos. Em face das informações apresentadas, em especial dos valores das taxas de administração unitária das propostas constantes da tabela anterior, a mensuração foi considerada.

Diante do exposto, em alinhamento às orientações concernentes à metodologia para apuração do valor final da taxa de administração, o art. 6º da IN 73/2020, dispõe:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

Conforme tabela abaixo, constam os seguintes valores:

<b>INCISO I IN 73/2020</b>				
<b>ÓRGÃO</b>	<b>Objeto da Contratação</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>MEDIANA</b>	<b>Empresa</b>
PAINEL DE PREÇOS	ADMINISTRAÇÃO/EXECUÇÃO PROJETO EDUCACIONAL/CONVÊNIO/ESTÁGIO/MONITORAMENTO	R\$ 195,90	R\$ 228,00	N.A.
<b>INCISO II IN 73/2020</b>				
<b>ÓRGÃO</b>	<b>Objeto da Contratação</b>	<b>TX Admin.</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Empresa</b>
ITI - Contrato 10 /2017 - aditivo	Contratação de serviços de Agente de integração entre estudantes de nível médio e superior, visando atender estudantes de curso de educação, superior e médio para preenchimento de oportunidades de estágio	R\$ 6,60	Pregão	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA
Ministério da Agricultura - Contrato 18/2020 - aditivo	Contratação de Agente de Integração para atuar como interlocutor entre a Instituição de Ensino e o MAPA	R\$ 3,22	Pregão	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE
Ministério do Turismo Contrato 12 /2019 - aditivo	Contratação de serviços de Agente de integração para operacionalizar em conjunto com a Fundação Biblioteca Nacional - FBN e a instituições de ensino de todo o país.	R\$ 51,84	Pregão	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Contrato 01/2019 - aditivo	Contratação de serviços de agente de integração, para atender a PGFN.	R\$ 10,27	Pregão	UNIVERSIDADE PATATIVA SO ASSARÉ - UPA

<b>INCISO III IN 73/2020</b>				
<b>ÓRGÃO</b>	<b>Objeto da Contratação</b>	<b>VALOR</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Empresa</b>
Mídia Especializada (Fonte de Preços)	MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Superintendência	R\$ 12,79	Pregão	SUPER ESTAGIOS LTDA
<b>INCISO IV IN 73/2020</b>				
<b>FORNECEDORES</b>	<b>Objeto da Contratação</b>	<b>VALOR</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Empresa</b>
Agência de Integração Empresa Escola LTDA EPP	Contratação de serviços de Agente de integração entre estudantes de nível médio e superior, visando atender estudantes de curso de educação, superior e médio para preenchimento de oportunidades de estágio para atender ao ITI	R\$ 35,00	Pregão	AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA
SUPER ESTAGIOS LTDA	Contratação de serviços de Agente de integração entre estudantes de nível médio e superior, visando atender estudantes de curso de educação, superior e médio para preenchimento de oportunidades de estágio para atender ao ITI	R\$ 70,00	Pregão	SUPER ESTAGIOS LTDA

Para fins de apuração, não considerou o valor apurado no parâmetro do INCISO I IN 73/2020 (Painel de Preços). Com isso, realizando média e mediana dos demais valores obtidos, houve o seguinte resultado:

média: R\$ 27,10

mediana: R\$ 12,79

Um dos parâmetros passíveis de serem utilizados para definir quando utilizar a média ou a mediana é fazer uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação. O coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados.

O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio.

No resultado em tela, conforme os valores acima, verifica-se que o critério a ser utilizado deverá ser a mediana, uma vez que o coeficiente de variação totalizou 95%, ou seja, acima do percentual indicado, sendo assim influenciado pelos extremos da amostra.

Dessa forma, para composição do valor estimado, será considerado a mediana, perfazendo o valor da **taxa de administração com valor máximo de R\$ 12,79.**

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.916,12

Item	Descrição/especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (taxa de administração)	Valor estimado mensal	Valor estimado anual
1	Contratação de Agente de Integração de Estágios, visando à prestação de serviços continuados referentes ao recrutamento, à seleção, à administração da concessão e ao acompanhamento das atividades de estágio de estudantes do ensino superior, ensino médio, educação especial e educação profissional, vinculados à estrutura do ensino público ou privado, para a concessão de bolsas de estágio, não obrigatório para atender ao ITI	15156	Bolsas de estágio	19	R\$ 12,79	R\$ 243,01	R\$ 2.916,12

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Pretende-se firmar um único contrato, a ser gerido e fiscalizado administrativamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, em Brasília/DF. Isto reduz o custo administrativo do contrato, reduz duplicidade de trabalho e permite que as coordenações tenham mais tempo e recursos para suas atividades principais. Pelo exposto, não haverá parcelamento, sendo que a licitação será realizada em item único.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços de Agente de Integração de Estágios, visando à prestação de serviços continuados referentes ao recrutamento, à seleção, à administração da concessão e ao acompanhamento das atividades de estágio, vêm sendo prestados pela empresa especializada pela Agência de Integração Empresa Escola Ltda. - EPP, por meio do Contrato nº 10/2017, cuja vigência será encerrada em 04/10/2022, não sendo possível a prorrogação, por ter atingido o limite máximo de 60 meses previsto em Lei.

Até o presente momento não foram identificadas inconsistências no que diz respeito ao Planejamento da Contratação e à Seleção do Fornecedor.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O estágio supervisionado é uma política pública inclusiva, estabelecido pela Lei nº 11.788 de 2008, sendo sua regulamentação de responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, do qual emanam as orientações para implementação da referida política.

Conforme previsto na Instrução Normativa 213/2019 a responsabilidade pela deliberação sobre a organização do programa de estágio é da área de recursos humanos:

“Art. 19. A área de recursos humanos de cada órgão ou entidade será responsável por deliberar sobre a organização geral dos programas de estágio, bem como sobre o ingresso, o regime disciplinar, o objetivo e a avaliação.”

Quanto ao planejamento estratégico do ITI, é possível perceber que tal contratação de agente de integração para operacionalizar o programa de estágio coaduna com um dos objetivos do planejamento estratégico na área de pessoas que é “Atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade”.

Cabe informar que a demanda alinha-se com o planejamento das contratações do ITI, visto que houve previsão da contratação no Plano Anual de Contratações 2022, item nº 60, em conformidade com o Inciso IX do art. 7º da IN nº 40/2020.



## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Entre os benefícios diretos e indiretos que almeja-se com as contratações, figura-se:

- Proporcionar aos estagiários a experiência prática em contexto laboral, oferecendo oportunidade de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano, e possibilitando fortalecimento cultural da instituição através do intercâmbio de visões entre servidores e estagiários.
- Proporcionar aos estudantes experiência prática e o desenvolvimento de habilidades técnicas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação, visando à complementação educacional na linha da formação dos estudantes classificados para estágio.
- Possibilitar a consolidação dos conhecimentos teóricos dos estudantes através das vivências reais e práticas do ambiente de trabalho.
- Propiciar o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos estagiários, favorecendo a adoção de uma postura mais efetiva como profissional e como cidadão.
- Aproveitar racionalmente os recursos humanos disponíveis, reduzindo custos. A oferta de vagas de estágio vem a ser uma oportunidade, ao tempo em que desonera o servidor de atividades rotineiras de menor complexidade.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbram necessidades específicas de adequação do ambiente do órgão para que a contratação surta efeitos.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Com o advento do Decreto nº 10.332/2020, as palavras informatização e integração ganharam contornos e contextos de premência e distinção. Os órgãos, os serviços e as pessoas passaram a ter que se adequar a uma nova realidade pragmática e procedimental: o "papel", agora, seria artigo raro e obsoleto.

Atualmente sob esse prisma, o processo referente à administração das bolsas de estágio e entradas e saídas do Programa de Estágio no ITI é executado por meio eletrônico, tratando-se de um processo simples, rápido e prático, sendo um processo dito como digital. Com esse processo, já há economicidade de recursos físicos, naturais e financeiros, gerada pela informatização de processos e serviços, o que por si só já se configura em sólido argumento para que o processo de contratação de estagiários seja inteiramente realizado em meio digital, como já ocorre na atual contratação; ademais, como reforço, acrescenta-se o tempo e o custo entre as várias idas e vindas que o bolsista precisa realizar para colher assinaturas.

A Estratégia de Governança Digital alinha-se aos objetivos da comunicação de governo, como: fortalecimento da democracia, prestação de contas à sociedade, comunicação aos cidadãos, geração de mensagem no lugar e na hora certa e interação com a sociedade. Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, a divulgação de dados e informações dos governos tornou-se regra e o sigilo, a exceção. Incentiva-se a disponibilização da informação em sua forma mais bruta e elementar para que o cidadão possa consultar e utilizar essa informação da forma que julgar mais conveniente.

Por isso, os processos digitais vão ao encontro da tendência da administração em minimizar custos e agilizar a divulgação de informações. Para mensurar as iniciativas relativas à sustentabilidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) criou o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA), composto por onze eixos temáticos da área. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da Constituição Federal (CF/1988), ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e ao Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o referido artigo.

Como orientativo legal, utilizou-se do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) - Consultoria-Geral da União - 4ª Edição, agosto de 2021.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação declara explicitamente que a contratação não é somente viável, mas necessária, dado seu caráter imprescindível para que o ITI/PR execute de maneira adequada as ações e os projetos institucionais.

## 18. Responsáveis

ROBERTO BUENO DE ASSUNÇÃO

Integrante Requisitante

ELOI DONIZETE DE SOUZA TEIXEIRA

Integrante Técnico

EDIRCE PEREIRA ARAUJO

Integrante Administrativo

RICARDO FERRI CONZATTI

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração